

Políticas Públicas para Educação a Distância na Graduação no Brasil: questões de desigualdade

José Ricardo Costa de Mendonça, Danielle Cireno Fernandes, Diogo Henrique Helal, Maria Auxiliadora Padilha

jrcm@ufpe.br, daniellectf@gmail.com, diogo_h@yahoo.com, dorapadilha@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Palavras-chave

Políticas públicas; Educação a Distância; Ensino Superior; Desigualdades.

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir políticas públicas para Educação a Distância em relação às desigualdades existentes no ensino superior no Brasil. Gisi (2004) destaca que há uma grande demanda de jovens com expectativa de ingressar na educação superior no Brasil, mas, são poucos os que realmente ingressam ou concluem um curso superior. Helal (2007) demonstrou que as oportunidades de emprego não são influenciadas apenas por variáveis associadas ao capital humano, como educação e experiência, mas também a variáveis ligadas ao capital social e cultural do indivíduo. Aponta também para o aumento do efeito de variáveis de *background* familiar na empregabilidade formal e utilização de atributos como gênero e raça como critérios de estratificação social. Conforme Ribeiro (2011, p. 44) “torna-se fundamental estudar a desigualdade de oportunidades entre indivíduos que estudaram em escolas públicas, federais e privadas”. Para Bourdieu e Passeron (1990), o sistema educacional é uma ferramenta de legitimação das desigualdades sociais. No ensino superior brasileiro observa-se que as universidades públicas são consideradas de melhor qualidade. Entretanto, pelo fato da seleção para essas universidades ser realizada com base em testes de conhecimento, os alunos que

passaram pelas melhores escolas da educação básica, geralmente da rede privada, têm maiores chances de ingresso (Ribeiro, 2011). O sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil) objetiva a democratização, expansão e interiorização do ensino superior público e gratuito no país (Mota, 2009) através da Educação a Distância. Defende-se que mesmo diante dessa expansão, as políticas públicas para a modalidade na graduação no Brasil não contribuem de maneira significativa para a redução das desigualdades no acesso, na permanência e na conclusão do ensino superior, pois fatores associados à variáveis sociodemográficas, capital cultural e as dimensões de integração do *e-learning* na Instituições de Ensino Superior, são determinantes para o ingresso e para o sucesso na educação superior.

1 INTRODUÇÃO

Como salienta Di Giovanni (2009), a expressão “políticas públicas” parece ter entrado de forma definitiva no vocabulário contemporâneo, com presença constante na imprensa, nas agendas públicas, nos documentos públicos e não-governamentais, nos pronunciamentos políticos, nas pautas de movimentos sociais etc.

Di Stefano, Rudestam e Silverman (2004 *apud* Litto, 2008) definem Políticas Públicas (PP) como sendo princípios norteadores escritos planejados para garantir a tomada de decisão que seja consistente com a missão e a filosofia de uma instituição. Ainda segundo os autores as políticas públicas tendem a ser declarações gerais que têm o efeito de uma lei, cuja violação das políticas estabelecidas geralmente está associada a uma penalidade ou prescreve consequências.

As políticas públicas podem ser discutidas a partir de diversas áreas. A educação, certamente, é uma das mais desafiantes. Azevedo (2004) destaca que o estudo da educação como política pública implica o enfrentamento de uma tensão decorrente da necessidade de uma postura objetiva nas práticas investigativas, aliada a um comprometimento político com a luta pela construção de alternativas sociais significativas, que resultem na emancipação e felicidades humanas.

A política educacional definida como *policy* – programa de ação – é um fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na *politics* – política no sentido da dominação – e, portanto, no contexto das relações sociais que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto (Azevedo, 2004, p.viii).

Em um estudo sobre os fatores que influenciam a empregabilidade no Brasil, Helal (2007) demonstrou que as oportunidades de emprego não são influenciadas apenas por variáveis associadas ao capital humano¹, como educação e experiência, mas também a variáveis ligadas ao capital social e cultural² do indivíduo. Cabe salientar que os resultados dos estudos de Helal (2007) apontam o aumento do efeito de variáveis de *background* familiar na empregabilidade formal e também a utilização de atributos como gênero e raça como critérios de estratificação social.

O efeito dos recursos dos pais nas chances de sucesso e de progressão educacional dos filhos – a Desigualdade de Oportunidades Educacionais (DOE) – desempenha um papel fundamental na reprodução intergeracional das desigualdades nas sociedades modernas. A DOE é medida pelas chances relativas de fazer a transição em cada nível educacional. Outra variável que influencia esse fenômeno é Desigualdade de Resultados Educacionais (DRE); a qual é medida pelos anos de educação completos pelo indivíduo (Ribeiro, 2011).

Buscando explicar as desigualdades de oportunidades e resultados educacionais, Ribeiro (2011) inclui nas análises a variável tipo de escola: pública, federal ou privada. Conforme o autor, vários estudos sobre desempenho acadêmico nas escolas brasileiras indicam que escolas públicas de ensinos fundamental e médio têm alunos com desempenho médio significativamente menor do que escolas privadas ou públicas

1

O capital humano é um valor internalizado no indivíduo; um valor intransferível para outra pessoa. Este conceito é operacionalizado e medido por meio de variáveis relacionadas à educação, ao treinamento/experiência no trabalho, à saúde, à migração e à informações sobre o mercado de trabalho.

2

O capital cultural consiste, segundo Johnson (1997, p. 29), “de ideias e conhecimentos que pessoas usam quando participam da vida social. Tudo, de regras de etiqueta à capacidade de falar e escrever bem pode ser considerado capital cultural”.

federais. Assim, Ribeiro (2011, p. 44) defende que “torna-se fundamental estudar a desigualdade de oportunidades entre indivíduos que estudaram em escolas públicas, federais e privadas”.

Gisi (2004) chama a atenção para o grande número de jovens com expectativa de ingressar na educação superior no Brasil. Por outro lado, a autora também destaca que são poucos os que chegam à educação superior e destes muitos desistem durante o curso.

Ao estudar as políticas educacionais para educação superior, Gisi (2004) salienta que a educação, na atualidade, adquiriu uma importância tão grande que as pessoas que não frequentam e terminam um curso superior se veem e são vistos como em situação de desigualdade.

Segundo Bourdieu e Passeron (1990), existe uma classe³ dominante na sociedade, a qual impõe sua cultura às outras classes sociais. Esta imposição da classe dominante ocorre porque as outras classes ingressam no sistema educacional, que é produzido e reproduzido pela classe dominante. Bourdieu e Passeron (1990, p.5) destacam em relação ao sistema educacional que “toda ação pedagógica é, objetivamente, violência simbólica na medida em que é a imposição de uma cultura arbitrária por um poder arbitrário”. Dessa forma, para Bourdieu e Passeron (1990), o sistema educacional é uma ferramenta de legitimação das desigualdades sociais.

Especificamente ao que se refere às políticas públicas para EAD no Brasil, Litto (2008) chama a atenção para o fato de que em 19 de dezembro 2005, o Presidente da República a época, assinou o Decreto N^o 5.622, o qual estabelece regulamentações detalhadas sobre a EAD no país. Este decreto regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996).

A modalidade de Educação a Distância (EAD)⁴ tem proporcionado modelos de ensino inovadores e cada vez mais vem ganhando espaço em cursos de graduação e de pós-graduação no país.

3

Classe social é “uma distinção e uma divisão social que resultam de distribuição desigual de vantagens e recursos” (Johnson, 1997, p. 36).

4

Este artigo trata especificamente da EAD *online*.

A EAD, de acordo com Moore e Kearsley (2010), é uma modalidade de ensino que ocorre fora do *campus* e da sala de aula com estudantes e professores em locais diferentes durante todo ou em grande parte do tempo em que aprendem e ensinam. Segundo os autores, essa modalidade exige o uso de técnicas especiais de criação do curso e de ensino, de comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. Por estarem em locais distintos, os professores e estudantes dependem de algum tipo de tecnologia para que as informações sejam transmitidas e para que um meio de interação lhes seja proporcionado (Moore & Kearsley, 2010).

Ao se discutir a EAD e a tecnologia empregada nessa modalidade evoca-se o uso das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Contudo, a EAD além de não se restringir apenas ao uso das TICs, é uma modalidade que se desenvolveu junto com os meios de comunicação. As TICs são um condutor e um acelerador da mudança da cultura de aprendizagem nas universidades, quando duas condições são encontradas o potencial das necessidades tecnológicas de serem coerentemente identificadas para os cenários específicos de ensino e aprendizagem; e as TICs precisam agregar valor pedagógico a estes cenários (Schneckenberg, 2007).

Defende-se neste artigo que mesmo diante da expansão do acesso ao ensino superior por meio da EAD, as políticas públicas para educação a distância na graduação no Brasil não contribuem de maneira significativa para a redução das desigualdades no acesso, na permanência e na conclusão do ensino superior, pois fatores associados à variáveis sociodemográficas, capital cultural e as dimensões de integração da EAD na IES, são determinantes para o ingresso e para o sucesso na educação superior.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL

Ao apresentar o contexto histórico e cultural da política pública no Brasil, com ênfase na educação, Litto (2008) destaca que o país tem uma tradição de centralização e regulamentação no desenvolvimento das políticas públicas e da administração educacional.

Para Ribeiro (2011), apesar de existir um currículo único para as escolas de ensinos fundamental e médio no país, o sistema educacional permite a coexistência de escolas privadas e públicas (municipais, estaduais, ou federais), o que leva a uma estratificação na qualidade do ensino. Em relação ao ensino superior, Ribeiro (2011) destaca que as universidades públicas geralmente são tidas como de melhor qualidade. Seu processo seletivo é muito rigoroso e, como as escolas públicas de Educação Básica são deficientes, os alunos que estudam em escolas privadas durante este nível de ensino têm maiores chances de ingressar numa universidade pública.

Levando-se em conta os argumentos apresentados, percebe-se que no Brasil as desigualdades entre as escolas públicas e privadas, e inclusive entre as próprias escolas públicas, é um fator que interfere no acesso dos indivíduos às IES de melhor qualidade, em especial as públicas e gratuitas, e aos cursos mais concorridos e de maior prestígio social.

Destaca-se que o foco de atenção neste artigo é a educação superior oferecida na modalidade a distância, e conseqüentemente, nas PP relativas a este nível e modalidade de educação, as quais, ao menos no discurso, devem desempenhar um papel importante nas desigualdades de acesso ao ensino superior no país.

Para Nogueira (2011, p. 1),

A educação a distância entrou na pauta de discussão, no âmbito governamental, no Brasil a partir da década de 1970. Na década de 1990, no entanto, essa discussão toma novos rumos e a EAD, enquanto modalidade educacional, aparece pela primeira vez numa Lei de Diretrizes e Bases brasileira. A partir de então, a educação a distância se faz presente nas discussões das políticas públicas para a educação, especialmente quando se fala em democratizar o acesso a formação inicial e continuada.

Desde o início da institucionalização da educação a distância no Brasil percebe-se a influência de organismos internacionais, com o pressuposto da economia de escala; o que antecipa a intencionalidade da efetivação do modelo fordista de educação a distância (Nogueira, 2011). Na EAD o modelo fordista se caracteriza pela produção e distribuição em larga escala com baixo custo, divisão trabalho, separação do trabalho manual do trabalho intelectual, rígido controle gerencial, com vistas à otimização dos processos e padronização de produtos (Belloni, 2003).

No PNE (MEC, 2000), entende-se a EAD como uma estratégia de democratização do acesso à educação, especificamente àquela de nível superior, bem como estratégia de melhoria

dos processos de ensino-aprendizagem. Observa-se que a ênfase da EAD no PNE (MEC, 2000) recai em programas voltados ao aperfeiçoamento e a capacitação, buscando sempre compensar, de forma rápida, a defasagem do trabalhador, refletindo a lógica de educação ao longo da vida (Nogueira, 2011).

Cabe salientar que com a consolidação de um novo paradigma econômico e social a partir de 1980, a introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tornou-se essencial à competitividade empresarial. Isto gerou impactos nos processos de educação, fazendo com que novos parâmetros fossem introduzidos no processo ensino-aprendizagem no sentido de desenvolver habilidades cognitivas (novas competências) compatíveis com a reestruturação ocorrida no mercado de trabalho (Xavier, Fernandes & Tomás, 2009).

Fernandes e Helal (2011, p. 12), com base em uma revisão da literatura, afirmam que os estudiosos da reprodução social “veem o modelo de expansão educacional como um processo que serve para excluir membros das classes sociais inferiores de posições ocupacionais desejadas”. O uso de credenciais para seleção e alocação no mercado de trabalho mantém os privilégios dos grupos sociais dominantes e caracterizam a realização educacional como parte de um processo de legitimação e reprodução de estrutura de classes (Fernandes & Helal, 2011).

A seguir discute-se uma modalidade de educação a distância que quando desenvolvida *online*, baseia-se intensamente no uso das TICs para fins interacionais e pedagógicos.

3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR

A implementação da tecnologia fez surgir novos ambientes de ensino e aprendizagem levando à necessidade de redesenhar as estruturas convencionais, os chamados Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) estão ganhando espaço nas instituições de ensino, facilitando tanto a comunicação entre educadores e estudantes quanto o acesso à informação e ao conhecimento. Assim, gestores têm realizado investimentos financeiros para desenvolver e facilitar processos de aprendizagem virtuais, apesar do seu sucesso e sua efetividade continuarem objeto de debate.

Percebe-se que entre os mais evidentes obstáculos à educação, encontram-se o custo, a localização das instituições educacionais, o tempo, e fatores culturais e sociais,

de modo que alguns desses obstáculos podem ser superados por meio do uso das TICs. A internet possibilitou ampliar o acesso à educação, embora o seu uso não implique práticas inovadoras e não represente mudanças nas concepções de conhecimento, ensino e aprendizagem ou nos papéis do estudante e do professor. Porém o fato de mudar o meio em que a educação e a comunicação entre estudantes e professores se realizam, agora em ambientes digitais de aprendizagem, traz mudanças no ensino e aprendizagem que precisam ser compreendidas.

Ao se analisar a EAD nas IES, destacam-se quatro atores sociais principais: no nível micro, o docente e o discente; no nível meso, o corpo docente e o corpo discente; e no nível macro, a instituição, inserida na sociedade com sua cultura e políticas públicas de educação.

O potencial educativo das tecnologias em EAD pressupõe sensibilização e preparação do docente para o seu uso (Sanavria, 2008; Harry, Desmond & Jonh, 2006). Exige-se dos educadores à distância que estes estejam familiarizados com programas especializados, operadores de câmera, engenheiros, produtores, designers pedagógicos, a fim de assegurar que as tecnologias que mediarão o ensino e a aprendizagem operem do modo que devem. É preciso conhecer um mínimo sobre elas para se fazer perguntas inteligentes, sugestões e saber se algo não está funcionando como deveria além de saber sobre o potencial de cada uma das tecnologias (Moore & Kearsley, 2010).

Nos cursos a distância, atualmente, o professor não somente corrige as tarefas e aprova ou reprova seus estudantes. Ele precisa muito mais do que deter informações para repassar para os discentes. Argumenta-se que para ultrapassar essa prática mecanicista, o professor de EAD precisa ter formação específica para tal. Contudo, poucos cursos preparam os professores para essa atuação, principalmente no que tange as questões pedagógicas associadas às TICs, um dos fatores diferenciadores de sua atuação neste contexto de ensino. É necessário, portanto, investir em formações continuadas para que os professores reflitam e desenvolvam as competências necessárias para atuarem de forma efetiva na EAD.

Faz-se importante destacar, no contexto da EAD *online* no país, a criação da Universidade Aberta do Brasil. A UAB foi criada 2006 com a finalidade de desenvolver a modalidade de educação a distância, expandir e interiorizar cursos e programas de educação superior no Brasil (UAB, 2012).

4. UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB foi instituído pelo Decreto N° 5.800 da Presidência da República do Brasil, de 8 de junho de 2006, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Conforme o Art. 1º, parágrafo único do referido decreto presidencial, são objetivos da UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal (UAB, 2012).

Atualmente, 88 instituições integram o Sistema UAB, entre universidades federais, universidades estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs). De 2007 a julho de 2009, foram aprovados e instalados 557 polos de apoio presencial com 187.154 vagas criadas. A UAB, ademais, em agosto de 2009, selecionou mais 163 novos polos, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na rede pública da educação básica, ampliando a rede para um total de 720 polos. Para 2010, espera-se a criação de cerca de 200 polos (UAB, 2012).

Percebem-se no discurso oficial da UAB as ideias subjacentes da utilização da EAD para fins de democratização do ensino e de diminuição de desigualdades. Como pode ser observado no texto a seguir:

Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixo IDH e IDEB. Desse modo, funciona como eficaz instrumento para universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades (UAB, 2012).

Wunsch, Turchielo e Gonzalez (2011, p. 9), ao discutirem o modelo de gestão e a institucionalização da UAB, constataam que:

Nesse contexto, evidenciam-se traços de uma política compensatória e emergencial que tem apoiado a melhoria dos índices educacionais do país, por meio do percentual de vagas ofertadas em cursos de licenciatura nas IPES⁵ e da possibilidade de formação de professores qualificados atuando na educação básica.

Observa-se que a Política Pública de Educação a Distância, no Brasil, através da ampliação da oferta de educação superior, está atrelada a uma tentativa de aumentar a oferta de professores da educação básica. Por isso, a maioria dos cursos a distância são licenciaturas. Isso pode estar relacionado à busca pela ampliação da escolarização de

5

sujeitos que estão fora da escolarização formal, geralmente residentes nas cidades do interior e da zona rural, espaços onde é maior a oferta dos cursos a distância das universidades públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, observamos que as Políticas Públicas voltadas para a democratização do ensino superior devem considerar muito mais do que a ampliação de um número estatístico nos índices de escolarização do país. É necessário considerar a modalidade como uma alavanca no desenvolvimento educacional dos cidadãos quando ela estiver aliada a uma formação de qualidade, inovadora e contextualizada com a realidade e a necessidade das pessoas. Senão, corremos o risco de ampliar ainda mais o fosso da exclusão educacional, que escolariza sem educar, alfabetiza sem letrar, certifica sem profissionalizar.

Há que se superar a concepção liberal sobre educação, que concebe o indivíduo de modo atomizado. É mister observar o contexto no qual os indivíduos estão inseridos e considerá-lo no próprio desenho da política pública sobre educação. No que se refere a educação a distância, deve-se levar em conta o acesso à tecnologia e questões ligadas à aptidão ao próprio uso dela por parte daqueles que a política pública pretende alcançar.

Este é o principal desafio da Educação a Distância no Brasil. Aproveitar o potencial tecnológico disponível para comunicação e informação, no sentido de incrementar as possibilidades pedagógicas e extrapolar os limites do espaço e do tempo, sem, no entanto, colocar em segundo plano a qualidade da educação e seu sentido na vida real das pessoas.

Referências

Azevedo, J.M.L. (2004). *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados.

Belloni, M.L. (2003). *Educação a Distância*. Campinas, São Paulo: Autores Associados.

Brasil. (1996). *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Recuperado em 15 agosto, 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

Bourdieu, P. & Passeron, J.C. (1990). *Reproduction in education, society and culture*. London: Sage.

Di Giovanni, G. (2009). As estruturas elementares das políticas públicas. *Cadernos de Pesquisa*. 82. São Paulo: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP-UNICAMP.

Di Stefano, A., Rudestam, K.E., & Silverman, R.J. (eds.). (2004). *Encyclopedia of Distributed Learning*. Thousand Oaks: SAGE.

Fernandes, D.C.; Helal, D. H. (orgs.). (2011). *As cores da desigualdade*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Gisi, M.L. (2004). Políticas educacionais para a educação superior: acesso, permanência e formação. *Revista Diálogo Educacional*, 1(11),43-53.

Harry, K.; Desmond, K.; John, M. H. (2006). *Distance education: new perspectives. Routledge Studies in distance education*. New York: Routledge.

Helal, D.H. (2007). *Empregabilidade no Brasil: padrões e tendências*. IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Recuperado em 15 agosto, 2012, de http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/_premio_ipeacaixa2005/mono_diogohenrique.pdf.

Johnson, Allan G. (1997). *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Litto, F. M. (2008). Public policy and distance learning in Brazil. In: Evans, T., Haughey, M., & Murphy, D. (eds.). *International Handbook of Distance Education* (pp. 671-684). Bingley: Emerald Group Publishing.

MEC – Ministério da Educação. *PNE - Plano Nacional de Educação*. 2000. Recuperado em 15 agosto, 2012, de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>

Moore, M. G., & Kearsley, G. (2010). *Educação a distância: uma visão integrada*. São Paulo: Cengage Learning.

Mota, R. (2009). A Universidade Aberta do Brasil. In: Litto, F.M. & Formiga, M.M. (orgs.). *Educação a distância: o estado da arte* (pp. 297-303). São Paulo: Pearson Education do Brasil.

Nogueira, D.X.P. (2011). A educação a distância no Brasil: da LDB ao novo PNE. *Anais do Simpósio Brasileiro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE*, São Paulo, SP, Brasil, XXV. Recuperado em 15 agosto, 2012, de

<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0124.pdf>.

Ribeiro, C.A.C. (2011). Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 54(1),41-87.

Sanavria, C. Z. (2008). *Avaliação da aprendizagem à distância: concepções e práticas de professores no ensino superior*. Tese de Doutorado, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil.

Schneckenberg, K. (2007). *E-Competence Development Measures for Faculty in Higher Education - A Comparative International Investigation*. Tese de Doutorado, Fachbereich Bildungswissenschaften der Universität Duisburg-Essen, Standort Essen, Germany.

UAB - Universidade Aberta do Brasil (2012). Recuperado em 15 agosto, 2012, de www.uab.capes.gov.br.

Wunsch, L.; Turchielo, L.B., & Gonzalez, L.A.S. (2011). O sistema Universidade Aberta do Brasil e a institucionalização da EaD: construindo percursos. Anais ESUD – Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, UNIREDE, Ouro Preto, MG, Brasil, VIII, Ouro Preto.

Xavier, F.P., Fernandes, D.C., & Tomás, C. (2009). Fatores econômicos e estrutura social: a escolaridade como fator explicativo para o diferencial dos salários no Brasil. In: Neves, J.A., Fernandes, D.C., Helal, D.H. (orgs.). *Educação, trabalho e desigualdade social* (pp. 67-96). Belo Horizonte: Argvmentvm.